Tangram
Revista de Educação Matemática

Panorama da educação financeira escolar em documentos oficiais

Overview of school financial education in official documents

Arlam Dielcio Pontes da Silva[1]

Cristiane Azevêdo dos Santos Pessoa[2]

Liliane Maria Teixeira Lima de Carvalho[3]

Resumo: Este artigo objetiva identificar e refletir as ideias acerca da Educação Financeira Escolar presentes nos documentos oficiais, para o ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental. As influências do discurso da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) definiram o que é proposto pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que se torna o principal documento norteador para o ensino da temática no Brasil. Também analisamos o que sugerem os Parâmetros Curriculares de Matemática para a Educação Básica do Estado de Pernambuco e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foram criados após a promulgação da ENEF. Os resultados apontam que ao longo dos anos a EF ganha espaço e é tratada como uma temática de interesse educacional nos documentos nacionais. A sua abordagem no currículo, embora recente, evidencia conquistas já alcançadas em termos de inserção do seu caráter crítico, ainda que em pequenas proporções, e apesar dos interesses de órgãos não educacionais.

Palavras-chave: Educação Financeira Escolar. Documentos Curriculares. Educação Matemática.

Abstract: This article aims to identify and reflect the ideas about School Financial Education present in the official documents for teaching in the initial years of Elementary School. The influences of the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) discourse have defined what is proposed by the National Financial Education Strategy (ENEF), which becomes the main guiding document for the teaching of the subject in Brazil. We also analyze what the Curriculum Parameters of Mathematics for Basic Education in the State of Pernambuco and the National Curricular Common Base (BNCC) suggest, which were created after the ENEF promulgation. The results show that EF has gained space over the years and is treated as an issue of educational interest in national documents. The approach of Financial Education in the curriculum, although recent, evidences some achievements in terms of the insertion of its critical character, although in small proportions, and despite the interests of non-educational entities.

[1] Mestre em Educação Matemática e Tecnológica pela Universidade Federal de Pernambuco; Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: arllan_dielcio@hotmail.com

[2] Doutora em Educação, docente do Departamento de Métodos e Técnicas e da Pós-graduação em Educação Matemática e Tecnológica, no Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: cristianepessoa74@gmail.com

[3] Doutora em Educação, docente do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional e da Pós-graduação em Educação Matemática e Tecnológica, no Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: lmtlcarvalho@gmail.com

Keywords: School Financial Education. Curricular Documents. Mathematical Education.

Introdução

Apresentamos neste texto um mapeamento reflexivo acerca da responsabilidade assumida atualmente por documentos oficiais que influenciam e regulam os currículos educacionais referentes à Educação Financeira Escolar (EFE), para o ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para tanto, fazemos uso das ideias discutidas por Ole Skovsmose na Teoria da Educação Matemática Crítica e levantamos discussões a respeito da Educação Financeira Escolar em documentos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), nos Parâmetros Curriculares de Matemática para a Educação Básica do Estado de Pernambuco (pernambuco, 2012) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A Educação Financeira Escolar vem ganhando destaque no ambiente educacional a partir da situação econômica fragilizada enfrentada pela maioria dos países e, estando em caráter de ascensão, é necessário que sejam pautadas estratégias que tenham como objetivo a produção de conhecimentos mais sólidos e direcionados à real necessidade de cada comunidade escolar. Assim sendo, diversos órgãos e instituições têm investido tanto na produção de materiais como de estratégias de ensino, destarte, cabe a nós, professores, uma reflexão direcionada para essas propostas, uma vez que a temática se apresenta na escola como algo relativamente novo.

Incentivado pela OCDE, o Brasil implantou, por meio do decreto nº 7.397/10, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que tem como principal instrumento norteador as prerrogativas destacadas pela OCDE. Esta organização é o principal órgão que investiga a situação econômica em nível internacional que visa, dentre outras ações, conforme seus objetivos, a implementação da Educação Financeira nas escolas, de modo a minimizar as carências de uma formação mínima na temática, almejando que os sujeitos tenham maior domínio para decisões conscientes.

Entendemos a Educação Financeira Escolar como tema emergente quando observamos o destaque que ela vem recebendo não apenas nas instituições educacionais que investem no desenvolvimento de trabalhos pedagógicos, mas também no espaço que ganhou nas discussões para a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), principalmente na 2ª versão do documento, além do que já é apresentado nos Parâmetros

Curriculares de Matemática para a Educação Básica do Estado de Pernambuco (Pernambuco, 2012).

Assim sendo, buscamos, por meio deste texto, refletir sobre os moldes que a Educação Financeira Escolar para os anos iniciais do Ensino Fundamental, vem recebendo no Brasil, uma vez que as influências do discurso da OCDE definiram o que é proposto pela ENEF, que se torna o principal documento norteador para o ensino da temática no país. É preciso destacar que tanto os órgãos internacionais, como instituições nacionais, sejam elas públicas ou privadas, possuem seus interesses próprios em relação ao nível e qualidade de Educação Financeira Escolar que almejam dar acesso à população.

Doravante, reiteramos que o professor é o principal agente para filtrar de forma crítica as orientações que lhe são sugeridas para o trabalho com a temática, assim sendo, concordamos com Skovsmose (2014) que desenvolve estudos voltados para a Educação Matemática Crítica (EMC), preocupado com aspectos políticos e sociais da Educação Matemática e discutindo-a através de diversas inquietações que nos convidam à reflexão acerca de um ensino e aprendizagem voltados para a emancipação crítica dos estudantes.

> Da maneira como eu concebo a educação matemática crítica, ela não se reduz a uma subárea da educação matemática, assim como ela não se ocupa de metodologias e técnicas pedagógicas ou conteúdos programáticos. A educação matemática crítica é a expressão de preocupações a respeito da educação matemática (SKOVSMOSE, 2014, p. 11).

Skovsmose (2014) discute o papel social, político e econômico da Matemática, destacando-a como uma ferramenta de investigação e estímulo à autonomia intelectual dos estudantes. Segundo este autor, a Educação Matemática pode empoderar ou não os alunos, dependendo de como é trabalhada. Assim, o trabalho com exercícios focados apenas em questões numéricas não ajuda desenvolver a criatividade matemática, entretanto, ele destaca que a Matemática pode empoderar os estudantes se for trabalhada de forma reflexiva e crítica.

Assim sendo, apresentamos a seguir como a Educação Financeira Escolar para os anos iniciais do Ensino Fundamental vem sendo tratada pelos principais documentos que norteiam as instituições educacionais do Brasil. São documentos nacionais e internacionais que têm como proposta orientar os professores para trabalhar com a temática. Posteriormente, fazemos uma discussão acerca da relação que a Educação Financeira Escolar tem com a Matemática nos apoiando nas ideias de Skovsmose (2014).

Método

Este artigo é parte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica, vinculado à Universidade Federal de Pernambuco. Neste estudo temos como objetivo identificar e refletir as ideias acerca da Educação Financeira Escolar presentes nos documentos oficiais, para o ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para tanto, fazemos uso de uma pesquisa documental, que é caracterizada principalmente pela busca de informações em documentos primários, ou seja, documentos que não receberam tratamento científico.

> Bastante semelhante à pesquisa bibliográfica, a documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento cientifico [...]. Chama-se, porém, a atenção do leitor(a) para o fato de que, na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador(a) requer uma análise mais cuidado, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico (Oliveira, 2007, p. 69).

Nesse sentido, consideramos fontes primárias como sendo dados originais, nos quais o pesquisador possui uma relação direta com o objeto a ser analisado. Assim sendo, para esta análise fazemos uso de documentos publicados pela OCDE, pela ENEF, da BNCC e dos Parâmetros Curriculares de Matemática para a Educação Básica do Estado de Pernambuco (Pernambuco, 2012).

O que dizem documentos oficiais?

Nesta seção apresentamos como a Educação Financeira Escolar vem sendo tratada pelos principais documentos que norteiam as instituições educacionais do Brasil. São documentos nacionais e internacionais que têm como proposta orientar os professores para trabalhar com a temática.

Organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE)

A OCDE tem suas origens em 1960, quando 18 países europeus, os Estados Unidos e o Canadá se unem com o objetivo de criar uma organização que dedique seus esforços para o desenvolvimento econômico. Atualmente sediada em Paris/FR, conta com a parceria de

35 países[4] membros que abrangem o globo, entre países da América do Norte e do Sul, Europa e Ásia-Pacífico, incluindo ainda alguns países emergentes como México, Chile e Turquia. Também conta com uma estreita colaboração com países de economias emergentes como a República Popular da China, Índia e Brasil, além de economias em desenvolvimento na África, Ásia, América Latina e Caribe. O Brasil, assim como a Índia, Indonésia, República Popular da China e a África do Sul fazem parte dos chamados parceiros-chave, a convite da Secretaria representada pelo Conselho a nível ministerial em 2007, conforme informa o site oficial da organização (Ocde, 2018).

O Brasil mantém uma parceria com a OCDE desde 1990 e, em 2007 passou a compor os parceiros-chave com a possibilidade de aderir aos instrumentos legais e participar igualmente com os países membros nos diversos órgãos e projetos da organização.

Conforme informações disponibilizadas no *site*[5] do órgão, a OCDE propaga que promover políticas que melhorem o bem-estar econômico das pessoas no mundo é a sua missão, e que se utiliza de diversas estratégias, como por exemplo:

a) fornecer um fórum no qual os governos trabalhem em conjunto de modo a compartilhar experiências e que busque soluções para problemas em comum;

b) definir padrões internacionais em uma ampla gama de coisas, como agricultura e impostos;

c) analisar questões que afetam diretamente a vida cotidiana de todos, como o quanto se paga em impostos e previdência social, quanto tempo de lazer as pessoas têm;

d) comparar como os sistemas escolares dos diferentes países preparam os seus jovens para a vida moderna;

e) como os sistemas de pensões dos diferentes países cuidam de seus cidadãos idosos;

f) recomendar políticas destinadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Essas políticas destacadas acontecem com a parceria de órgãos como o Banco Mundial e organismos das Nações Unidas, no entanto os interesses da coligação entre essas organizações e instituições econômicas potentes podem ser questionáveis, pois centraliza seus interesses na obtenção de lucros, possivelmente se preocupando pouco com o interesse real de uma educação crítica.

---

[4] Os 35 países membros da OCDE: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, República Checa, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coréia, Letônia, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, República Eslovaca, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Peru, Reino Unido, Estados Unidos.

[5] *Link* de acesso ao *site*: http://www.oecd.org/about/

Dentre todas as ações da OCDE encontramos a preocupação com a Educação Financeira como instrumento de emancipação social e cidadã. Assim, no *link* dedicado ao Brasil em seu *site (http://www.oecd.org/latin-america/countries/brazil/brasil.htm)*, são apresentados resultados de avaliações e pesquisas nos quesitos: moradia; renda; empregos; comunidade; educação; meio ambiente; engajamento cívico; saúde; satisfação pessoal; segurança e vida/trabalho. Um dos seus focos em relação às pesquisas nessas áreas é uma inquietação com o investimento em políticas de emancipação econômica do Estado e da população.

Propagando a importância de uma Educação Financeira para a população por meio de ações e estratégias desenvolvidas por instituições escolares, a OCDE faz uso dos resultados encontrados pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) para analisar os conhecimentos dos estudantes em Leitura, Matemática e Ciências.

> O PISA avalia até que ponto os estudantes perto do final da Educação Básica adquiriram alguns dos conhecimentos e competências essenciais para a plena participação na sociedade. Em todos os ciclos, os domínios da leitura, da matemática e da alfabetização científica são tratados não apenas considerando o domínio do currículo escolar, mas em termos de conhecimentos e competências importantes e necessárias na vida adulta (Ocde, 2018[6]).[7]

A avaliação é realizada trienalmente e não examina apenas o que os estudantes sabem, mas o que eles podem fazer com o que sabem, tendo a cada ano o foco centralizado em uma das três áreas (Leitura, Matemática e Ciências). Na edição de 2000, o foco estava na Leitura; em 2003 na Matemática; em 2006 em Ciências; em 2009 na Leitura; em 2012 na Matemática e em 2015 em Ciências. Embora estas três áreas sejam avaliadas em todas as edições da avaliação, haverá sempre no exame mais itens que correspondem à área que está em análise naquele ano, ou seja, no ano em que a Matemática é o foco de investigação, por exemplo, a avaliação terá maior quantidade de questões nesta área do conhecimento.

O PISA aplica uma avaliação internacionalmente padronizada que é desenvolvida em parceria pelos países participantes e tem como público entre 4.500 e 10.000 estudantes de 15 anos de idade que estejam regularmente matriculados na escola, em cada país.

---

[6] Informações encontradas no *site*: http://dx.doi.org/10.1787/data-00365-en

[7] Tradução nossa. Inglês: *"PISA assesses how far students near the end of compulsory education have acquired some of the knowledge and skills that are essential for full participation in society. In all cycles, the domains of reading, mathematical and scientific literacy are covered not merely in terms of mastery of the school curriculum, but in terms of important knowledge and skills needed in adult life".*

> O desempenho matemático tem por objetivo medir a literacia matemática do estudante de 15 anos para formular, empregar e interpretar a matemática em uma variedade diversificada de contextos para descrever, prever e explicar fenômenos, pois um estudante alfabetizado matematicamente reconhece a importância que a matemática desempenha na sociedade, a fim de fazer julgamentos fundamentados e tomar decisões reflexivas (Ocde, 2018[8]).[9]

Conforme relatório do PISA (2015) o Brasil apresenta um desempenho insatisfatório em sua performance na Matemática, estando como o país com o menor resultado dentre todos os demais. Nesse sentido, baseados nos resultados do PISA, considerando que os estudantes brasileiros apresentam uma formação matemática deficiente, podemos conjecturar que a aprendizagem relacionada à gestão financeira pessoal dos sujeitos também se encontra com uma lacuna, o que implica em pessoas menos preparadas para lidar com seus recursos financeiros.

A Figura 1, a seguir, apresenta o mapeamento feito pelo PISA referente ao desempenho em Matemática dos estudantes dos países em que a avaliação foi realizada no ano de 2015. A legenda do mapa mostra em cores vermelha e laranja os países que obtiveram um desempenho fraco e médio, enquanto em cores verdes os que apresentam melhores desempenhos.

[8] Informações encontradas no site: https://data.oecd.org/pisa/mathematics-performance-pisa.htm

[9] Tradução nossa. Inglês: *"Mathematical performance, for PISA, measures the mathematical literacy of a 15 year-old to formulate, employ and interpret mathematics in a variety of contexts to describe, predict and explain phenomena, recognising the role that mathematics plays in the world. The mean score is the measure. A mathematically literate student recognises the role that mathematics plays in the world in order to make well-founded judgments and decisions needed by constructive, engaged and reflective citizens".*

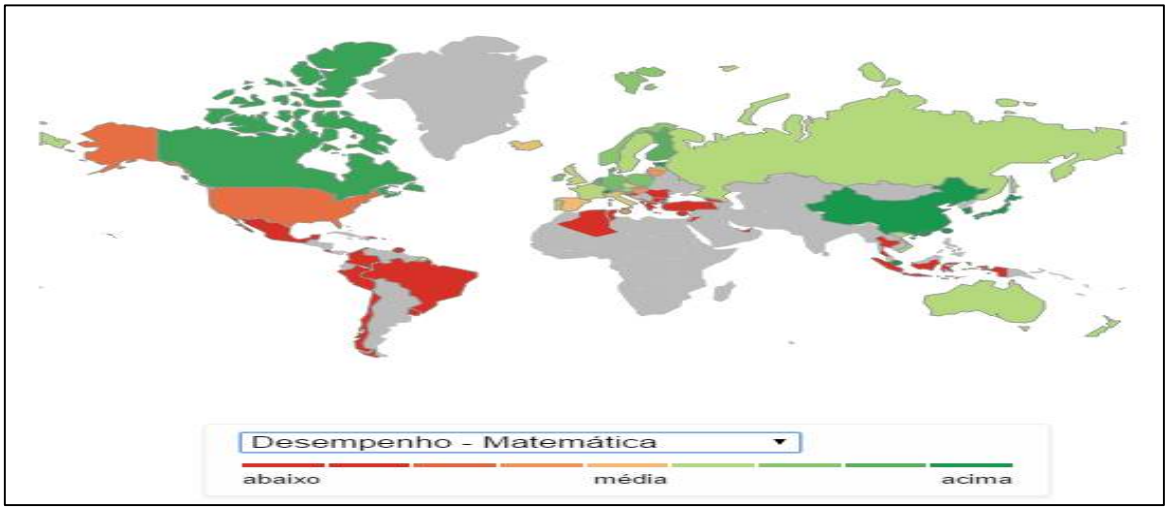


Figura 1: Mapa do desempenho dos países na área de Matemática.
Fonte: PISA (2015)[10]

Analisando o mapa da Figura 1, temos fortalecida a nossa percepção do fraco desempenho em Matemática dos estudantes do Brasil quando comparados com outros países, uma vez que o destaque em vermelho indica os países que apresentam desempenho baixo no exame realizado em 2015.

A Figura 2 apresenta o desempenho médio do Brasil nas três áreas do conhecimento que foram avaliadas no PISA de 2015.

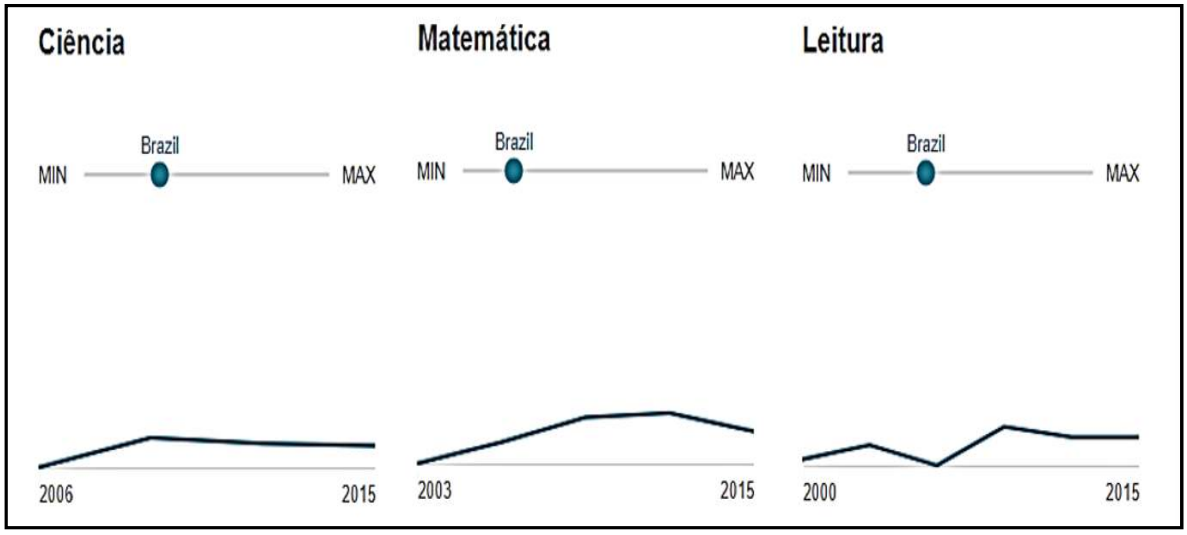


Figura 2: Desempenho médio do Brasil nas três áreas do conhecimento avaliadas pelo PISA
Fonte: PISA (2015)[11]

[10] Informações encontradas no *site*: http://www.oecd.org/pisa/data/
[11] Informações encontradas no *site:* *http://www.compareyourcountry.org/pisa/country/bra?lg=en*

Aprofundando a análise, observamos que a situação dos estudantes brasileiros no que se refere à produção e ao uso do conhecimento matemático, apresenta um resultado preocupante, pois se comparado aos outros dois gráficos do desempenho médio em Ciências e Leitura, apesar de não serem satisfatórios os resultados, eles apresentam estabilidade nos últimos anos, enquanto em Matemática é destacado um declínio.

Remetendo-nos de modo mais específico à Educação Financeira Escolar, que é uma temática de abordagem interdisciplinar, mas que tem como principal ambiente as aulas de Matemática, podemos considerar que neste panorama apresentado pelo PISA (2015), em que a aprendizagem em Matemática dos estudantes brasileiros apresenta resultados preocupantes, a Educação Financeira Escolar também acompanha esse percurso de deficiência.

> A importância da Educação Financeira tem sido reconhecida pelos governos de vários países membros da OCDE. [...]. Em resposta a esta maior ênfase na importância da Educação Financeira, a OCDE recentemente desenvolveu um Projeto de Educação Financeira para estudar os programas existentes na temática, analisar a eficácia desses programas e posteriormente desenvolver uma metodologia que possa ser utilizada por formuladores de políticas para comparar estratégias e programas e melhorar a alfabetização financeira (Ocde, 2004, pp. 224 - 225).[12]

Com esse projeto, a OCDE visa a identificar as ações de Educação Financeira implementadas por cada país membro e parceiros e oferecido à sua população, de modo a investigar quais ações mais favoráveis para alfabetizar financeiramente as pessoas e investir em melhoria dessas ações além de disseminá-las entre os demais países.

Diante disso, foi publicado em 2015 o documento "estratégias nacionais para a Educação Financeira: manual de políticas OCDE/INFE" como suporte para fornecer orientações em nível internacional aos líderes políticos visando a desenvolver abordagens adaptadas à Educação Financeira, tanto para os países emergentes como para as grandes potências econômicas.

[12] Tradução nossa. Inglês: *"The importance of financial education has been recognized by the governments of a number of OECD member countries.[...] In response to this increased emphasis on the importance of financial education, the OECD has recently established a Financial Education Project to study financial education programmes in OECD member countries and selected non-member countries.In the first phase of this study, we will describe the types of financial education programmes that exist, analyze the effectiveness of these programmes, and develop a methodology that policymakers can use to compare strategies and programmes for improving financial literacy".*

> Dentro de um cenário que evolui rapidamente com o fácil acesso a serviços financeiros, gerando mais riscos para os cidadãos, a Educação Financeira tornou-se uma habilidade chave para a vida dos indivíduos, bem como micro e pequenas empresas. A Educação Financeira pode ajudar a aumentar os conhecimentos, as habilidades e atitudes conscientes dos sujeitos. Por sua vez, isso pode contribuir para a participação dos indivíduos (incluindo vulneráveis e de baixa renda) na vida financeira, econômica e social, bem como para o seu bem-estar financeiro (Ocde/INFE, 2015, p. 7).[13]

A implementação dessas estratégias acontece nos países tanto membros como não-membros, conforme o interesse das nações, assim como ocorreu no Brasil, que em 2010 criou, a partir das orientações da OCDE, o decreto nº 7.397 para a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

Diante do exposto, é importante uma reflexão sobre o papel da OCDE no que se refere à posição dos países em fortalecer suas estratégias no ensino da temática, pois é uma organização que não tem em sua criação uma perspectiva voltada para fins educacionais, seu principal interesse é com o fortalecimento da economia macro. Ainda pelo fato de criar laços com bancos e instituições financeiras, sua proposta educacional deve ser questionada, pois tais órgãos podem apresentar interesses de educar financeiramente as pessoas visando ao lucro próprio.

Na seção a seguir é apresentada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), principal documento brasileiro que trata do tema de maneira específica. Vale salientar que essa estratégia tem como documento norteador as orientações dispostas pela OCDE ditas adaptadas para o cenário nacional.

Estratégia nacional de educação financeira (ENEF)

Preocupado com o gerenciamento das finanças pessoais da população e principalmente para atender aos desígnios da OCDE, visando a tornar-se país membro, o

[13] Tradução nossa. Inglês: *"Within a fast evolving financial landscape where access to financial services is made easier while more risks are being transferred to citizens, financial literacy has become a key life skill for individuals as well as micro and small businesses. Financial education can help enhance financial literacy by increasing financial knowledge, skills and attitudes. In turn, this can contribute to individuals' (including vulnerable and low income) participation in financial, economic and social life, as well as to their financial well-being"*

Brasil criou a ENEF, por meio da mobilização multissetorial em volta da promoção de ações para educar financeiramente a sociedade.

A ENEF foi criada por meio do decreto federal nº 7.397/2010 a partir da articulação entre oito órgãos e entidades públicas e privadas[14] e quatro organizações da sociedade civil[15], que integram o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF)[16]. Conforme disposto em seu endereço virtual (www.vidaedinheiro.gov.br) tem como objetivo central contribuir com o fortalecimento da cidadania, fornecendo e apoiando ações que ajudem os brasileiros na tomada de decisão com maior consciência. Cada órgão, entidade e organização possui autonomia para desenvolver os chamados programas setoriais, que são as suas ações implementadas junto à sociedade. Os programas setoriais apresentam objetivos próprios de cada instituição, mas devem estar sempre alinhados às diretrizes[17] propostas pela ENEF.

Como já destacado, a ENEF apresenta orientações adaptadas da OCDE, além disso, utiliza-se de ações de cooperação similares, uma vez que têm bancos e outras instâncias econômicas como parceiros. Apesar de se mostrar preocupada em educar financeiramente os brasileiros, esse objetivo pode ser corrompido diante do propósito de gerar lucro destas outras instituições.

Em contrapartida, a ENEF dispõe de ações cujo acesso da população é maior, são os chamados programas transversais. Estes se constituem em ações que não são de responsabilidade exclusiva de determinada instituição que compõe a CONEF, mas requer uma ação colaborativa para atividades voltadas em diversos temas, como: planejamento financeiro, poupança, investimento e defesa do consumidor.

Os chamados programas transversais são coordenados pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil) que contribui com a ENEF, desenvolvendo recursos

[14] Os oito órgãos e instâncias são: Banco Central do Brasil; Comissão de Valores Mobiliários; Superintendência Nacional de Previdência Complementar; Superintendência de Seguros Privados; Ministério da Justiça; Ministério da Previdência Social; Ministério da Educação e Ministério da Fazenda.

[15] As quatro organizações da sociedade civil são: ANBIMA; BMF&Bovespa; CNseg; FEBRABAN.

[16] Comitê Nacional de Educação Financeira: instância responsável por dirigir, supervisionar e fomentar a ENEF.

[17] Diretrizes da ENEF dispostas no decreto federal nº 7.397 de dezembro de 2010: I- atuação permanente e em âmbito nacional; II- gratuidade das ações de educação financeira; III- prevalência do interesse público; IV- atuação por meio de informação, formação e orientação; V- centralização da gestão e descentralização da execução das atividades; VI- formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; VII- avaliação e revisão periódicas e permanentes.

sociais e educacionais para serem reaplicados por qualquer pessoa ou instituição que tenha interesse em trabalhar com ações de Educação Financeira. São três programas transversais que integram a agenda da ENEF:

1- Programa de Educação Financeira nas Escolas;

2- Programa de Educação Financeira de Adultos;

3- Semana Nacional de Educação Financeira.

Os programas 2 e 3, destacados, têm como público alvo cidadãos, como mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e aposentados com renda de até dois salários mínimos, além de ações voltadas para a disseminação de uma cultura educacional financeira. De maior interesse para a discussão feita neste artigo são as ações desenvolvidas pelo Programa Educação Financeira nas Escolas que se propõe a levar a discussão da temática para o ambiente educacional e tem como foco a Educação Básica.

Tendo como objetivo "contribuir para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente nas futuras gerações brasileiras" (ENEF, 2018[18]), o programa Educação Financeira nas Escolas parte do pressuposto de que é na escola que crianças e jovens apreendem mais do que apenas conhecimentos curriculares, mas também adquirem a capacidade de viver em meio social, fazendo escolhas que influenciarão seu futuro. Assim, é preciso "possibilitar ao estudante compreender como concretizar suas aspirações e estar preparado para as diversas fases da vida" (ENEF, 2018[19]). Para o Ensino Fundamental, o programa idealizou estratégias com atividades pedagógicas que se adequam ao currículo dos anos iniciais e finais.

O Brasil é um dos países que implementaram uma estratégia para trabalhar com a Educação Financeira e apoiando-se no conceito fornecido pela OCDE para a Educação Financeira, afirmam que

> É o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (Brasil, 2010, p.3).

[18] Informações encontradas no site: http://www.vidaedinheiro.gov.br/programas-transversais/

[19] Informações encontradas no site: http://www.vidaedinheiro.gov.br/para-criancas-e-jovens/

De maneira geral, a preocupação em formar sujeitos conscientes de seus gastos e com autonomia na tomada de decisões no que se refere a suas finanças pessoais é apresentada como o propósito principal da ENEF, no entanto, precisamos refletir sobre os processos de criação e implementação dela, uma vez que pode haver interesses diversos por parte de terceiros, como por exemplo das instituições financeiras em parceria com o poder público. Estas parcerias podem tornar a ENEF uma estratégia com poucas expectativas de oportunidades para que os estudantes brasileiros possam tornar-se adultos preparados para uma vida financeira saudável, considerando que o interesse propagado pela ENEF é o de educar financeiramente a população brasileira com ações desenvolvidas em diversas instâncias públicas e privadas.

Na próxima seção é apresentado o atual documento construído para nortear o ensino no Brasil. Na 2ª versão da Base Nacional Comum Curricular a Educação Financeira Escolar recebe destaque como tema integrador, ou seja, que apresenta características que lhe permitem perpassar por todas as áreas do conhecimento. Na versão final do documento, aparecem apenas termos que sugerem um trabalho com a temática.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A construção de uma base nacional curricular é uma exigência legislativa para o sistema educacional brasileiro que deve ter como foco o avanço no desenvolvimento pautado na qualidade da educação, em concordância com os objetivos almejados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – (Brasil, 1996, 2003), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (Brasil, 2010), pelo Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) e pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (BRASIL, 2010), que corresponde ao tema de interesse da discussão neste texto.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi publicada em dezembro de 2017 e na área dedicada à Matemática afirma que

> a BNCC leva em conta que os diferentes campos que compõem a Matemática reúnem um conjunto de ideias fundamentais que produzem articulações entre eles [...]. Essas ideias fundamentais são importantes para o desenvolvimento do pensamento matemático dos alunos e devem se converter, na escola, em objeto de conhecimento. [...], essa noção também se evidencia em muitas ações cotidianas e de outras áreas do conhecimento, como vendas e trocas mercantis, balanços químicos, representações gráficas, etc. (Brasil, 2017, p. 224).

Com essa direção, a BNCC propõe cinco unidades temáticas que orientam e estabelecem as habilidades que devem ser desenvolvidas no Ensino Fundamental. Na unidade temática de números, sugere o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, de modo a trabalhar com a Educação Financeira Escolar com estudantes dos anos finais:

> Assim, podem ser discutidos assuntos como taxa de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro (Brasil, 2017, p. 225).

O documento sugere ainda, na unidade temática de grandezas e medidas, que crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental "resolvam problemas sobre situações de compra e venda e desenvolvam, por exemplo, atitudes éticas e responsáveis em relação ao consumo" (Brasil, 2017, p. 229).

Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, o documento apresenta habilidades esperadas tendo como objeto de conhecimento o sistema monetário. A seguir apresentamos os objetivos e habilidades esperados com o trabalho com a temática no primeiro ciclo dos anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Indicação da BNCC de possível trabalho com a Educação Financeira Escolar no primeiro ciclo dos anos iniciais.

TURMA	UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
1º ANO	Grandezas e Medidas	Sistema monetário brasileiro: reconhecimento de cédulas e moedas.	Reconhecer e relacionar valores de moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações simples do cotidiano do estudante.
2º ANO	Grandezas e Medidas	Sistema monetário brasileiro: reconhecimento de cédulas e moedas e equivalência de valores.	Estabelecer a equivalência de valores entre moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para

			resolver situações cotidianas.
3º ANO	Grandezas e Medidas	Sistema monetário brasileiro: estabelecimento de equivalências de um mesmo valor na utilização de diferentes cédulas e moedas.	Resolver e elaborar problemas que envolvam a comparação e a equivalência de valores monetários do sistema brasileiro em situações de compra, venda e troca.

Fonte: Autores.

Na análise feita na seção dedicada à área da Matemática no documento, investigando nas cinco unidades temáticas propostas (números; álgebra; geometria; grandezas e medidas; probabilidade e estatística), não foram encontradas sugestões de trabalho com Educação Financeira Escolar nas unidades de álgebra, geometria e probabilidade e estatística. Vale ressaltar que encontramos menção à Educação Financeira Escolar prioritariamente para os anos finais do Ensino Fundamental, contudo, essa discussão não cabe para os propósitos sugeridos neste presente texto.

Ainda, especificamente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, as orientações restringem o ensino da Educação Financeira Escolar pautado na mera representação do sistema monetário, situação que pode ser avançada se desenvolvido, por exemplo, um trabalho pedagógico de conscientização e criticidade a respeito de valores sociais e de desejos pessoais no que se refere ao dinheiro.

Percebemos que o documento reconhece a necessidade de desenvolver trabalhos que articulem as áreas do conhecimento, neste sentido, inferimos que sugestões de trabalho com a Educação Financeira Escolar que surjam em outras áreas possam ser também articuladas com as aulas de Matemática, afim de ampliar o senso crítico dos estudantes na temática.

Na seção a seguir levantamos a discussão acerca do que sugerem os Parâmetros Curriculares de Matemática para a Educação Básica do Estado de Pernambuco, por se tratar de um documento curricular que regula a educação em nível estadual e por ter sido produzido após a publicação do decreto que regulamenta a ENEF.

Parâmetros curriculares de matemática para a Educação Básica do Estado de Pernambuco

Para a construção dos Parâmetros Curriculares de Matemática para a Educação Básica do Estado de Pernambuco (Pernambuco, 2012), não foi considerada a Educação Financeira Escolar conforme compreendemos em seus aspectos críticos (Skovsmose, 2014).

Neste documento encontramos os termos "sistema monetário", "cédulas" e "moedas", que se aproximam do tema objeto deste estudo. Considerando que defendemos a Educação Financeira Escolar em um aspecto crítico, salientamos que esses conteúdos, apesar de não terem elementos suficientes para possibilitar que o professor de fato desenvolva um trabalho pautado nas competências crítico-reflexivas, apenas podem sugerir um trabalho nestas dimensões com a temática.

Para essa análise nos debruçamos apenas sobre o material que corresponde ao primeiro ciclo dos anos iniciais, pois assim a unidade é considerada de forma mais aprofundada. O Quadro 2, a seguir, apresenta os objetivos a serem atingidos no trabalho com o conteúdo sistema monetário que, como afirmamos, é um dos conteúdos que podem se aproximar da discussão sobre Educação Financeira Escolar, embora precise de uma reflexão crítica para isto.

Quadro 2: Sistema monetário nos Parâmetros Curriculares de Matemática para a Educação Básica do Estado de Pernambuco.

CONTEÚDO	Sistema Monetário	
EIXO	Grandezas e Medidas	
OBJETIVOS	1º ANO	- Reconhecer e nomear moedas e cédulas do nosso sistema monetário. - Comparar valores de moedas e cédulas do nosso sistema monetário. - Estabelecer equivalências de um mesmo valor utilizando diferentes cédulas e moedas.
	2º ANO	- Identificar e nomear moedas e cédulas do nosso sistema monetário. - Comparar valor monetário utilizando diferentes cédulas e moedas. - Estabelecer equivalências de um mesmo valor utilizando diferentes cédulas e moedas. - Propor diferentes trocas de valores usando outras cédulas e/ou moedas, seja do nosso sistema monetário ou de outros sistemas fictícios.

	3º ANO	- Identificar e nomear moedas e cédulas do nosso sistema monetário. - Comparar valor monetário utilizando diferentes cédulas e moedas. - Estabelecer equivalências de um mesmo valor utilizando diferentes cédulas e moedas. - Propor diferentes trocas de valores usando outras cédulas e/ou moedas, seja do nosso sistema monetário ou de outros sistemas fictícios. - Compreender o significado de troca em transações envolvendo valores monetários. - Resolver e elaborar problemas simples que envolvam medidas de tempo, comprimento, massa, capacidade e valor monetário.

Fonte: autores.

Nos Parâmetros Curriculares de Matemática para a Educação Básica do Estado de Pernambuco, o conteúdo que indica potencial para o desenvolvimento pedagógico da Educação Financeira Escolar é o sistema monetário, que se encontra apenas no eixo das grandezas e medidas. Os objetivos que propõem a cada ano possibilitam que as crianças desenvolvam maior familiarização e autonomia em situações que envolvam o dinheiro. Entretanto, percebemos nesses objetivos que não existe uma intencionalidade em propor aos professores que trabalhem de forma reflexiva com o conteúdo.

Além dos objetivos também fazemos um recorte das expectativas de aprendizagem para o ensino do conteúdo em questão no primeiro ciclo dos anos iniciais, conforme Quadro 3.

Quadro 3: Expectativa de aprendizagem para o ensino de sistema monetário no primeiro ciclo do Ensino Fundamental.

EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM PARA O PRIMEIRO CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
1º ANO	2º ANO	3º ANO
- Deve ser abordada nas intervenções, mas sem se preocupar com a formalização do conceito.	- Deve ser abordada sistematicamente, dando início à formalização do conceito.	- Deve ser abordada para que seja consolidada como conceito, para que haja condição de prosseguimento

		com sucesso nas etapas posteriores de escolarização.

Fonte: Autores.

O Quadro 3 apresenta as expectativas de aprendizagem para o eixo de grandezas e medidas, referente ao trabalho com o sistema monetário. Percebemos que para o primeiro ciclo escolar é orientado aos professores que trabalhem apenas para a formalização do conteúdo sistema monetário.

Considerações finais: educação financeira escolar e educação matemática crítica

Como exposto no decorrer deste texto, percebemos que a Educação Financeira Escolar ainda não é considerada em seu aspecto crítico-reflexivo, enquanto temática. Skovsmose (2014), em suas discussões acerca da Educação Matemática Crítica, defende uma Educação Matemática com um viés de ascensão, ou seja, que o trabalho pedagógico da área do conhecimento, em particular da temática estudada, seja capaz de emancipar política e socialmente os estudantes.

A Educação Financeira Escolar enquanto temática de relevância social, pode contribuir com essa emancipação dos sujeitos, uma vez que vários são os conteúdos que podem ser abordados com esta temática. É isso que nos sugere uma Educação Matemática Crítica, um desenvolvimento reflexivo dos estudantes para que com autonomia possam se desvencilhar de armadilhas pedagógicas propostas por documentos curriculares, que como percebemos, nem sempre estão de fato preocupados com o ensino pedagógico, pois por traz estão empresas e instituições com interesses próprios em segundo plano.

Nesse texto foram apresentados os principais documentos oficiais em nível nacional e internacional que têm como propósito incentivar a Educação Financeira, através de bancos ou de entidades públicas ou privadas. Percebemos a importância da OCDE enquanto órgão que integra diversos países e entidades com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico global e apresenta a Educação Financeira para a população como uma estratégia de avanço econômico, apesar da estreita relação desta organização com bancos e entidades financeiras, o que poderá afastar a temática de um caráter educacional crítico e aproximá-la de um caráter mercadológico.

No Brasil o cenário da Educação Financeira ainda está em ascensão, por isso cabe salientar que situações de desconforto no que concerne educar financeiramente os cidadãos surgem e nos levam a refletir sobre quais órgãos estão de fato fortalecendo as estratégias nacionais. Nos documentos nacionais, percebemos que ao longo dos anos a Educação Financeira ganha espaço e passa a ser tratada como uma temática de interesse educacional.

A Educação Financeira Escolar se mostra ainda tímida nos documentos curriculares, mas se considerado o recente surgimento da preocupação com essa temática no currículo, é importante ressaltar as conquistas já alcançadas em termos de inserção do seu caráter crítico, ainda que em pequenas proporções. É importante destacar também que essas orientações conseguem superar as práticas propostas e oferecidas por empresas e instituições do mercado financeiro.

Ainda talvez por se tratar de uma temática recém-chegada ao ambiente educacional, existem lacunas entre o que é proposto pelos documentos curriculares e o que é efetivamente trabalhado nas escolas, pois o fato de estar nas propostas não garante que ela seja trabalhada.

Doravante, cabe refletir ainda que tanto os Parâmetros Curriculares de Matemática para a Educação Básica do Estado de Pernambuco como a Base Nacional Comum Curricular não apresentam em suas orientações, expectativas e habilidades de aprendizagem e preocupação em assegurar aos estudantes do primeiro ciclo o ensino voltado para uma reflexão acerca da temática. Talvez a ocorrência dessa deficiência seja pelo fato de que considerarmos que esses documentos curriculares tomam, ou deveriam tomar, por base a ENEF enquanto regulamento próprio da temática, que por sua vez apresenta-se como um documento que se apoia nas estratégias criadas por um órgão internacional não educacional.

Referências

Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília.

Brasil. (2003). *Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003.* Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília.

Brasil. (2010). *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*. Resolução CNE/CEB nº 4/2010. Diário Oficial da União, MEC, Brasília.

Brasil. (2014). *Plano Nacional de Educação.* Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Diário Oficial da União, MEC, Brasília.

Brasil. (2018). *Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em: 11 de agosto de 2018.

Brasil. (2010). *Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira.* Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em: 11 de agosto de 2018.

Brasil. (2017). *Base Nacional Comum Curricular*: versão final. MEC, Brasília.

Enef. (2018). *Estratégia Nacional de Educação Financeira*. Disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-39-programas_transversais.html. Acesso em: 11 de agosto de 2018.

Enef. (2018). *Estratégia Nacional de Educação Financeira.* Disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/programas-26-para_crianaas_e_jovens.html. Acesso em: 11 de agosto de 2018.

Enef. (2018). *Estratégia Nacional de Educação Financeira*. Disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/programas-43-ensino-fundamental.html. Acesso em: 11 de agosto de 2018.

Ocde. (2018). *Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.* Disponível em: http://www.oecd.org. Acesso em: 08 de agosto de 2018.

Ocde. (2018). *Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.* Disponível em: http://www.oecd.org/latin-america/countries/brazil/brasil.htm. Acesso em: 08 de agosto de 2018.

Ocde. (2004). *OECD's Financial Education Project.* In: Financial Market Trends, n. 87.

Ocde. (2015). *National Strategies for Financial Education:* OECD-INFE Policy Handbook.

Ocde. (2018). *Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico*. Disponível em: http://www.oecd.org/brazil/. Acesso em: 08 de agosto de 2018.

Ocde. (2018). *Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.* Disponível em: http://www.oecd.org/about/. Acesso em: 08 de agosto de 2018.

Ocde. (2015). *Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico*. Disponível em: http://www.oecd.org/pisa/data/. Acesso em: 08 de agosto de 2018.

Ocde. (2018). *Programme for International Student Assessment (PISA).* In: OCDE Education Statistics. Disponível: http://dx.doi.org/10.1787/data-00365-en. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

Ocde. (2018). *Mathematics performance (PISA).* Disponível em: https://data.oecd.org/pisa/mathematics-performance-pisa.htm. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

Oliveira, Maria Marly de. (2007). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Pernambuco, Secretaria de Educação. (2012). *Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco* – Parâmetros Curriculares de Matemática para o Ensino Fundamental e Médio. Recife.

Pisa. (2015). *Programa Internacional de Avaliação de Alunos.* Disponível em: http://www.compareyourcountry.org/pisa/country/bra?lg=en. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

Skovsmose, Ole. (2014). *Um convite à Educação Matemática Crítica*. Tradução de Orlando de Andrade Figueiredo. Campinas - SP: Papirus.

Enviado:31/08/2018

Aceito:11/10/2018